



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013 (Projeto de Lei nº 24/2012-CN)

ÁREA TEMÁTICA VIII

PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

RELATÓRIO APRESENTADO

**Deputado LUCIANO CASTRO (PR/RR)
Relator Setorial**

**Deputado PAULO PIMENTA (PT/RS)
Presidente da CMO**

Brasília – DF, 06/12/2012

PARECER N.º , DE 2012

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as despesas relativas à **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**, incluídas no Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (Mensagem nº 91, de 2012-CN; nº 387, de 2012, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator Setorial: **Deputado LUCIANO CASTRO – PR/RR**

I – RELATÓRIO

I.1 – INTRODUÇÃO

Com amparo nos arts. 165, I, e 84, XXIII, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 91, de 2012-CN (387, de 2012, na origem), o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (PLOA 2013), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”.

Coube-nos a honrosa tarefa de relatar a matéria, no que tange à *Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação*, inclusive em relação às emendas respectivas.

I.2 – ANÁLISE

I.2.1 – Proposta Orçamentária

Abrangência setorial

A Área Temática VIII compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do *Poder Judiciário*, do *Poder Legislativo* e do *Ministério Público da União*, e, no âmbito do Poder Executivo, da programação da *Presidência da República* e do *Ministério das Relações Exteriores*. No PLOA 2013, foram transformadas em órgãos orçamentários as seguintes unidades orçamentárias da Presidência da República:

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação Unidades Orçamentárias Transformadas em Órgãos no PLOA 2013

Tabela 1

Código	Órgão
60000	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
61000	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
62000	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL
63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
64000	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
65000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
67000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
68000	SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

Fonte: Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (PLOA 2013)

Cumprimento das normas orçamentárias

Em atendimento ao disposto no item 35.1.1. do Parecer Preliminar, esta Relatoria esclarece que não identificou qualquer incompatibilidade do PLOA 2013 com a Constituição Federal, a LRF, o PPA 2012/2015 e a LDO 2013, no que se refere à presente Área Temática.

Programação global da área

O valor total programado para 2013 no âmbito desta Área totaliza R\$60,1 bilhões, incluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais, de cerca de R\$2,9 bilhões.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação PLOA 2013 - Detalhamento por Poder e Órgão

Tabela 2

R\$ 1,00

Poder	Órgão	PLOA 2013	Particip %	
EXECUTIVO	20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.007.098.552	3,34	
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.247.029.192	3,74	
	60000 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	9.035.300	0,02	
	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	331.247.561	0,55	
	62000 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	4.760.469.900	7,92	
	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2.470.897.093	4,11	
	64000 - SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS	254.990.258	0,42	
	65000 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	68.619.017	0,11	
	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	701.264.231	1,17	
	67000 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	26.260.215	0,04	
	68000 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	2.456.403.902	4,09	
		Subtotal	15.333.315.221	25,52
	JUDICIÁRIO	10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	519.810.690	0,87
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		973.485.635	1,62	
12000 - JUSTIÇA FEDERAL		7.728.055.482	12,86	
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO		429.741.527	0,72	
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL		4.765.857.853	7,93	
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO		14.240.035.580	23,70	
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		1.779.306.398	2,96	
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		232.565.685	0,39	
		Subtotal	30.668.858.850	51,04
LEGISLATIVO	01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.932.226.365	8,21	
	02000 - SENADO FEDERAL	3.504.050.745	5,83	
	03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.397.729.874	2,33	
	Subtotal	9.834.006.984	16,36	
MPU	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	4.179.743.378	6,96	
	59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	77.248.668	0,13	
	Subtotal	4.256.992.046	7,08	
Total Geral		60.093.173.101	100,00	

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Cerca de 51% das dotações estão alocadas nos órgãos do Poder Judiciário. O Poder Legislativo tem participação de 16,4% nos recursos. O Poder Executivo fica com 25,5%, cabendo os demais 7,1% para o Ministério Público da União – MPU. Em relação à distribuição verificada no PLOA 2012, o Poder Judiciário sofreu redução de pouco mais de dois pontos percentuais, que foram absorvidos basicamente pelo Poder Executivo.

I.2.2 – Execução Orçamentária Recente

Nas demonstrações a seguir, não constam as dotações referentes ao orçamento de investimentos das estatais, cujas programações para 2013 constam do Anexo II. Conforme se verifica na tabela 3, abaixo, as dotações orçamentárias alocadas nesta Área Temática foram incrementadas em cerca de 5,80%, comparativamente com a programação autorizada até setembro último. Esse acréscimo, no entanto, foi distribuído de modo desigual entre os Poderes e órgãos.

No âmbito do Poder Executivo, por exemplo, verificou-se acréscimo da ordem de 18,10%, sobretudo em decorrência do maior aporte de recursos à Secretaria de Aviação Civil (que teve aumento em sua programação de cerca de 164%, por causa da necessidade de adaptação dos aeroportos aos iminentes eventos esportivos de grande porte). O Poder Legislativo foi beneficiado com aumento de cerca de 6,80% em suas dotações, devido em especial ao acréscimo verificado na Câmara dos Deputados, de 12,18%. O Poder Judiciário teve incremento de apenas 1,24%, creditado basicamente à redução das dotações da Justiça Eleitoral, haja vista que 2013 não demanda gasto com eleições.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação Detalhamento por Poder e Órgão - 2011 a 2013

Tabela 3 R\$ 1,00

Poder	Órgão	2011		2012		2013	% E/D
		Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	
EXECUTIVO	ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO	2.442.749.174	2.397.825.621	2.425.849.998	2.438.565.837	2.470.897.093	133
	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	714.424.153	680.671.813	684.790.427	686.815.089	701.264.231	2,10
	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	7.729.679	7.326.446	8.713.831	8.713.831	9.035.300	3,69
	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.520.589.665	2.176.497.551	2.048.877.176	2.288.303.463	2.247.029.192	-1,80
	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.344.698.419	1.866.849.926	1.864.829.185	1.859.713.338	2.007.098.552	7,92
	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	327.636.103	305.390.829	310.870.742	312.200.339	331.247.561	6,10
	SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	730.460.452	1.231.713.734	3.252.169.900	164,04
	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	95.632.848	24.268.259	313.172.265	55.704.565	26.260.215	-52,86
	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	109.028.488	78.069.497	74.906.625	107.173.983	68.619.017	-35,97
	SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	1210.061631	919.302.286	1.037.534.913	1.162.198.510	1.035.022.950	-10,94
	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS	286.207.730	190.965.526	229.638.425	351.342.836	254.990.258	-27,42
	Subtotal	10.058.757.890	8.647.167.455	9.447.789.039	10.502.455.525	12.403.634.269	18,10
JUDICIÁRIO	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	172.686.966	150.868.763	221.170.793	176.513.399	232.565.685	31,76
	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.709.043.488	1.694.937.674	1.738.857.521	1.785.346.652	1.779.306.398	-0,34
	JUSTIÇA DO TRABALHO	12.762.014.285	12.631.376.677	13.497.026.290	13.609.205.174	14.240.035.580	4,64
	JUSTIÇA ELEITORAL	4.556.073.469	4.466.430.824	5.177.513.227	5.498.044.852	4.765.857.853	-13,32
	JUSTIÇA FEDERAL	7.051.617.955	6.957.784.282	7.227.587.920	7.319.316.641	7.728.055.482	5,58
	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	367.471.135	359.454.757	388.205.646	403.179.855	429.741.527	6,59
	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	954.018.003	935.800.358	939.712.754	975.341.763	973.485.635	-0,19
	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	504.017.061	450.367.017	510.207.236	525.514.436	519.810.690	-1,09
Subtotal	28.076.942.362	27.647.020.352	29.700.281.387	30.292.462.772	30.668.858.850	1,24	
LEGISLATIVO	CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.227.184.594	4.058.937.778	4.220.669.286	4.396.849.737	4.932.226.365	12,18
	SENADO FEDERAL	3.343.609.606	3.267.106.203	3.338.157.687	3.430.877.797	3.504.050.745	2,13
	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.354.248.218	1.346.531.933	1.369.371.562	1.380.777.192	1.397.729.874	1,23
Subtotal	8.925.042.418	8.672.575.914	8.928.198.535	9.208.504.726	9.834.006.984	6,79	
MPU	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	88.356.450	45.762.862	71.869.217	77.184.646	77.248.668	0,08
	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.894.978.505	3.810.931.071	3.841.878.106	3.950.701.856	4.179.743.378	5,80
Subtotal	3.983.334.955	3.856.693.933	3.913.747.323	4.027.886.502	4.256.992.046	5,69	
TOTAL	51.044.077.625	48.823.457.655	51.990.016.284	54.031.309.525	57.163.492.149	5,80	

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Excluídas as programações do orçamento de investimentos (alocadas no Poder Executivo), aumenta a participação proporcional dos demais Poderes e Ministério Público, na composição dos gastos da Área. A parcela alocada nos órgãos do Poder Judiciário passa a 53,6%; o Legislativo fica com 17,2%; o Poder Executivo, com 21,7%, restando 7,4% para o Ministério Público da União.

Em relação ao valor autorizado para 2012 até 18 de setembro corrente, observa-se, por órgão orçamentário, aumento de 164% nas dotações da Secretaria de Aviação Civil, 31,8% nas dotações do Conselho Nacional de Justiça e 12,2% na Câmara dos Deputados. Os órgãos que tiveram as maiores reduções foram a Secretaria Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial (-52,9%), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (-36%), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (-27,4) e a Justiça Eleitoral (-13,3%). Nos casos dessas Secretarias, é usual que o projeto chegue com volume de dotações bem inferior ao que constará do projeto aprovado pelo Congresso Nacional, em virtude da expressiva alocação orçamentária em decorrência de emendas favor delas. No caso da Justiça Eleitoral, a redução está relacionada com a inexistência de gastos com eleições em 2013, comparativamente com o exercício de 2012.

Programação por natureza da despesa

No que se refere à alocação dos recursos por grupo de natureza da despesa - GND, a tabela abaixo evidencia que os agrupamentos de investimentos e inversões financeiras foram beneficiados com R\$ 3,0 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, correspondendo a elevação percentual de 47% e 231%, respectivamente, em relação ao PLOA 2012. A elevação dos gastos com inversão financeira se deve ao aumento da participação da União no Capital da Infraero e das Companhias Docas.

Os grupos relativos a pessoal (que concentram 70,8% das dotações desta Área Temática) e amortização da dívida também tiveram aumento nos valores programados, de 3,3% e 0,9%, respectivamente, comparados com os valores autorizados para 2012.

Em direção oposta, as dotações para pagamento de juros e outras despesas correntes foram reduzidas em relação aos montantes autorizados para 2012, em 9,3% e 0,1%, respectivamente.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação PLOA 2013 - Detalhamento por GND - 2011 a 2013

Tabela 4 R\$ 1,00

GND	2011		2012		2013	Evolução	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	% E/D	% E/C
1-PES	37.824.402.552	37.695.360.638	38.845.336.103	39.189.067.313	40.474.277.694	103,28	104,19
2-JUR	953.474	460.385	1.001.925	1.001.925	908.425	90,67	90,67
3-ODC	9.662.418.885	8.675.259.645	10.204.122.238	10.722.831.058	10.707.585.669	99,86	104,93
4-INV	2.516.984.410	1.804.834.182	2.059.269.516	2.934.017.900	3.027.319.257	103,18	147,01
5-IFI	782.168.613	646.296.187	699.110.000	747.400.000	2.313.506.826	309,54	330,92
6-AMO	2.243.191	1.246.617	1.971.000	1.971.000	1.989.400	100,93	100,93
9-RES	254.906.500	0	179.205.502	435.020.329	637.904.878	146,64	355,96
TOTAL	51.044.077.625	48.823.457.655	51.990.016.284	54.031.309.525	57.163.492.149	105,80	109,95

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Despesas com pessoal e encargos sociais

Conforme o PLOA 2013, a despesa do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,23% da receita corrente líquida - RCL estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 3,72%; a do Poder Executivo, 28,12%, e a do MPU, 0,50%.

Nessas condições, os limites globais estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF (50% da RCL para a União, sendo 2,5% para o Legislativo, 6,0% para o Judiciário, 0,6% para o MPU e 40,9% para o Executivo), em conformidade com o art. 169 da Constituição, estão sendo respeitados, mesmo sem se computar as deduções a que se refere o § 1º do art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O Anexo V do PLOA 2013 apresenta um impacto de R\$3,05 bilhões nas despesas de pessoal desta Área Temática (após 2013, será de R\$5,18 bilhões ao ano). O montante destina-se a criação e/ou provimento de cargos, empregos e funções na esfera federal, incluindo substituição de terceirizados (R\$100,0 milhões em 2013 e R\$353,1 milhões em cada ano subsequente).

A proposta orçamentária veio acompanhada da Exposição de Motivos - EM nº 201/2012/MP, de 30 de agosto de 2012, da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que encaminha as proposições originalmente apresentadas pelo Poder Judiciário e pelo MPU. Tais proposições constam do volume VII do PLOA 2013 e se referem à elevação de salários do funcionalismo dos respectivos órgãos, com impacto total de R\$ 8,3 bilhões em 2013. A análise da matéria, contudo, compete ao Relator Geral, por força do que dispõe o Parecer Preliminar aprovado na CMO (item 36.3).

Abaixo, tabela com a evolução dos gastos com pessoal, de 2004 a 2013, no âmbito desta Área Temática. No período apresentado, os gastos da espécie cresceram 196,8% nos órgãos do Poder Executivo, 141,6% no MPU, 121,5% no Poder Judiciário e 99,16% no Poder Legislativo.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação Evolução das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - 2004 a 2013

Tabela 5 R\$ mil

PODER/ÓRGÃO	DESPESA LIQUIDADADA								AUTORIZA DO 2012 (I)	PLOA 2013 (J)	% (J/I)	% (J/A)
	2004 (A)	2005 (B)	2006 (C)	2007 (D)	2008 (E)	2009 (F)	2010 (G)	2011 (H)				
MPU	1.321.685	1.394.250	1.821.315	1.961.167	2.508.812	2.657.561	2.870.864	2.898.804	3.024.465	3.192.702	105,56	241,56
EXECUTIVO	1.838.481	1.968.200	2.388.094	2.845.041	3.715.796	4.407.031	4.839.796	5.025.669	5.251.611	5.456.713	103,91	296,81
JUDICIÁRIO	10.785.649	10.882.597	14.499.118	16.280.725	18.799.904	20.614.347	22.138.892	22.434.905	23.474.995	23.885.950	101,75	221,46
LEGISLATIVO	3.986.235	4.409.833	5.468.362	5.621.095	5.974.810	5.950.689	6.588.215	7.335.983	7.437.873	7.938.913	106,74	199,16
Total	17.932.050	18.654.879	24.176.889	26.708.028	30.999.322	33.629.627	36.437.768	37.695.361	39.188.945	40.474.278	103,28	225,71

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Orçamentos por esfera

Observando-se as programações da Área por esfera orçamentária, ressalvado o orçamento de investimentos das estatais, verifica-se que o aumento nas dotações para 2013 em relação ao valor programado para 2012 situa-se na média de 5,8%, sendo 6,07% no orçamento fiscal e 4,53% no orçamento da seguridade social.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação Detalhamento por GND - 2011 a 2013

Tabela 6 R\$ 1,00

Esfera	2011		2012		2013	Evolução	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	% E/D	% E/C
FISCAL	41.468.577.277	39.288.301.262	42.642.111.925	44.338.026.291	47.030.731.052	106,07	110,29
SEGURIDADE SOCIAL	9.575.500.348	9.535.156.393	9.347.904.359	9.693.283.234	10.132.761.097	104,53	108,40
TOTAL	51.044.077.625	48.823.457.655	51.990.016.284	54.031.309.525	57.163.492.149	105,80	109,95

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Fonte de recursos

A classificação da despesa por fonte de recursos tem por finalidade identificar, em regra, a origem das receitas destinadas a financiar os gastos. Devido à natureza das despesas

dos órgãos abrangidos pela Área, constituídas especialmente por gastos inadiáveis (pessoal e encargos e custeio administrativo e operacional), a maior parte das dotações, cerca de R\$45,7 bilhões (76%), consta no PLOA 2013 financiada pela fonte 100 – recursos ordinários do Tesouro Nacional.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação
Detalhamento por GND - 2011 a 2013

Tabela 7 R\$ 1,00

Fonte	Fonte (descrição)	PLOA 2012	PLOA 2013	Varição %
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	32.424.878.749	45.682.051.677	140,89
118	CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	59.307	42.131	71,04
127	CUSTAS JUDICIAIS	485.199.648	531.278.944	109,50
129	RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	1.307.921.631	-
143	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.971.000	-	-
144	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	1.001.925	-	-
148	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	11.735.182	2.610.000	22,24
150	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	286.938.673	339.424.522	118,29
156	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	2.431.692.480	2.713.877.181	111,60
169	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	4.287.980.812	4.167.029.602	97,18
174	TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	244.735.880	268.070.806	109,53
175	TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	19.192.692	13.790.785	71,85
176	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	93.643.968	116.313.366	124,21
180	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	3.293.880	2.729.763	82,87
181	RECURSOS DE CONVÊNIOS	380.523.744	335.449.106	88,15
182	RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	22.710	-	-
186	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	-	1.287.695.461	-
195	DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	498.711	2.873.822	576,25
196	DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	34.926.060	29.144.396	83,45
250	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	312.783.950	217.252.069	69,46
280	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	43.207.444	145.936.887	337,76
900	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.925.729.469	-	-
TOTAL		51.990.016.284	57.163.492.149	109,95

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

A segunda maior parcela das dotações, R\$4,2 bilhões (6,9%), é financiada com a fonte 169 – contribuição patronal para o plano da seguridade social do servidor público. Tal fonte também é alocada para despesas com pessoal inativo. Não há previsão de fontes condicionadas no PLOA 2013 para a Área Temática em estudo, em contraste com o projeto do ano passado, que previa R\$10,9 bilhões nessa fonte.

Orçamento das estatais

O orçamento de investimentos das estatais apresenta redução nas programações para 2013, considerando-se o valor alocado no PLOA 2012, de R\$ 3,12 bilhões para R\$ 2,93 bilhões (redução de 6%).

De acordo com a tabela a seguir, a redução no valor total dos investimentos se deve especialmente ao orçamento da Infraero, cuja dotação para 2012 somava R\$ 2,0 bilhões e diminuiu para R\$ 1,5 bilhão em 2013. Outra empresa pública que teve redução na previsão de investimentos foi a Companhia Docas do Pará. Todas as demais tiveram aumento em 2013, na mesma base de comparação.

Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação
PLOA 2013 - Orçamento de Investimento das Estatais

Tabela 8

R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO 2012	UO 2013	PLOA 2012	PLOA2013
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	20205	68205	110.300.000	110.600.000
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	20206	68206	115.204.463	138.323.443
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	20207	68207	80.819.406	117.641.596
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	20208	68208	294.995.942	403.508.591
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	20210	68210	81.160.000	72.064.076
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	20211	68211	382.015.468	510.373.246
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	20212	68212	45.880.815	68.870.000
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	20213	62213	2.007.685.000	1.508.300.000
TOTAIS			3.118.061.094	2.929.680.952

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

Ações do PAC

O PLOA 2013 prevê a alocação de R\$5,3 bilhões em ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito desta Área Temática, sendo R\$3,2 bilhões na Secretaria de Aviação Civil e R\$2,1 bilhões na Secretaria Especial de Portos.

Desse total, R\$2,8 bilhões estão alocados no orçamento fiscal, sendo R\$1,9 bilhão na forma de participação da União no capital de empresas, especialmente na Infraero e nas companhias Docas. A outra parte (R\$2,5 bilhões) está programada no orçamento de investimento das estatais para a construção, reforma e ampliação de aeroportos e terminais marítimos, dragagem, adequação da navegabilidade e outras melhorias nos portos marítimos.

I.2.3 – Créditos Extraordinários e Especiais em Tramitação

Tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei de crédito especial, que poderão ser aprovados até o final deste exercício e impactar as programações da Área. A relação dos créditos, órgãos e unidades beneficiários, bem como dos respectivos impactos financeiros, constam do Anexo III deste Relatório.

O valor total dos créditos em apreciação soma R\$584,7 milhões, fracionados entre órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, no âmbito das três esferas orçamentárias. Desse valor, R\$ 70,2 milhões decorrem de remanejamento de dotações, viabilizado pela anulação parcial de programações. Os restantes R\$514,5 milhões correspondem a aumentos na programação da despesa, custeados por excesso de arrecadação, superávit financeiro de 2011, aumento do patrimônio líquido de empresas e recursos próprios dessas empresas.

I.2.4 – Emendas Apresentadas

Encerrado o prazo, foram totalizadas 420 emendas nesta Área Temática, das quais 47 coletivas e 373 individuais. Das coletivas, 22 foram apresentadas por bancadas estaduais e 25 por comissões permanentes. Em relação ao processo orçamentário do PLOA 2012, houve redução de 78 emendas nesta Área (15,7%).

No total, as emendas pretendem alocar R\$4.342,9 milhões em programações diversas. Desse montante, R\$4.182,2 milhões são referentes às emendas coletivas (representando 96,3% do total) e R\$160,7 milhões referentes às emendas individuais (3,7%).

A tabela 8 detalha as emendas por tipo de autor, quantidade e montantes requeridos:

ÁREA TEMÁTICA 8 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO - PLOA 2013
Emendas Apresentadas

Tabela 9 R\$ 100

Autor (Tipo)	Quantidade de Emendas	Valor Solicitado
BANCADA ESTADUAL	22	1.273.200.000
COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	13	599.000.000
COMISSÃO SENADO FEDERAL	12	2.309.976.192
DEPUTADO FEDERAL	314	132.370.454
SENADOR	59	28.360.000
TOTAIS	420	4.342.906.646

Fonte: BO - Senado Federal

Em virtude do objeto tratado na demanda, a emenda coletiva nº 5012.0004 foi remanejada desta Área para a Relatoria Geral. Por outro lado, recebemos a emenda individual nº 28270001, transferida da Área Temática VII.

I.3 – ATUAÇÃO DA RELATORIA

I.3.1 – Atendimento das Emendas

Recursos repassados pela Relatoria Geral

Os recursos repassados pela Relatoria Geral para atendimento das emendas somam R\$615,3 milhões. Desse valor, R\$161,2 milhões destinam-se ao atendimento integral das emendas individuais e R\$454,0 milhões, ao atendimento parcial das emendas coletivas.

PLOA 2013 - ÁREA TEMÁTICA 8 – PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

Repasses do Relator Geral para Atender Emendas

Tabela 10

Repasses do Relator-Geral	Valor (R\$1,00)
1 - para atender emendas individuais	161.230.454
2 - para atender emendas coletivas	454.907.075
TOTAL	616.137.529

Fonte: Coordenação Técnica do PLOA 2013

Corte nas programações constantes do projeto

O montante de recursos transferido pela Relatoria Geral se mostrou insuficiente para atender o conjunto das demandas coletivas. As emendas apresentadas a esta Área são de grande mérito e os recursos disponibilizados não supriam a necessidade de conclusão de metas mínimas aceitáveis.

Por causa disso, promovemos o corte em despesas de investimentos, com amparo no item 30 do Parecer Preliminar, Parte B. Decidimos realizar um corte linear de 5% (cinco por cento), de modo a não apenar gravemente as programações dos órgãos envolvidos. Excluímos do corte apenas as programações do Supremo Tribunal Federal.

O cancelamento incidiu em dotações com fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro, GND 4 – Investimentos, Identificador de Uso 0 (zero) e RPs 2 e 3 (despesa primária discricionária, inclusive PAC), cujos montantes fossem iguais ou superiores a R\$10,0 milhões. No total, o corte alcançou a cifra de R\$69,7 milhões, o que elevou a R\$524,6 milhões a disponibilidade total para atender as emendas coletivas.

Estamos, em contrapartida aos cortes, requerendo ao Senhor Relator Geral a recomposição das dotações reduzidas.

Adequação das emendas apresentadas

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração. Não houve mudança nas finalidades pretendidas pelos autores.

De igual modo, foram saneados eventuais conflitos com a legislação que rege o processo, a elaboração e a execução do orçamento. As ações e os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em programações apropriadas, com adequação da redação.

Para o processo orçamentário corrente, o Poder Executivo estabeleceu novo padrão para a criação de ações orçamentárias. Nessa linha, foi realizada no PLOA 2013 a fusão de programações, antes específicas, em títulos mais genéricos. Despesas que no modelo do PLOA 2012 se dividiam em diversas ações, passaram a integrar uma só ação no PLOA 2013.

Por causa disso, tivemos de proceder a ajustes em diversas emendas apresentadas nesta Área, que pretendiam especificação detalhada no descritor da ação ou do respectivo subtítulo. Adotando o modelo regulado pelo Poder Executivo, padronizamos os títulos e subtítulos constantes dessas emendas, expurgando deles as especificações pretendidas pelos autores, tais como finalidade, local, objeto, pois já implícitas no objetivo da ação.

Sempre que possível e necessário, os gabinetes dos autores das emendas foram consultados antes dos acertos, sendo inclusive recomendada a inclusão do requerimento do ajuste respectivo no Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas – SISEL. Em alguns casos, a iniciativa de correção partiu do próprio parlamentar, por meio desse mesmo sistema. A exiguidade de tempo não nos permitiu abrir a discussão sobre todos os ajustes. Por isso mesmo, estamos recomendando a verificação atenta das alterações, a fim de que possam ser tempestivamente revistas, se for essa a vontade dos interessados. Aliás, a garantia de que o objeto pretendido na emenda constará do orçamento tal como proposto exige o acompanhamento permanente, pelo gabinete, de todas as fases da apreciação legislativa dos PLOAs.

Análise e atendimento das emendas individuais

Na análise preliminar de admissibilidade que empreendemos, nos termos do art. 70, III, “c”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do item 8 da Parte Dispositiva do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, não foi identificada qualquer emenda individual que descumprisse as normas legais ou regimentais. Portanto, todas são admissíveis.

Quanto ao mérito, cada emenda cumpre o juízo de oportunidade e conveniência exercido pelos autores, não cabendo a esta Relatoria manifestar-se sobre o ponto. Disso decorre que, ultrapassada a análise de admissibilidade, todas as emendas individuais apresentadas foram acolhidas.

No que se refere ao valor alocado, o atendimento de cada emenda limitou-se, na forma regimental, ao respectivo montante demandado. No conjunto das emendas, 374 ao final, foram alocados R\$161,2 milhões, que corresponde a uma média de R\$431,1 mil por emenda individual.

Análise e atendimento das emendas coletivas

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE sobre as emendas coletivas não havia sido entregue à CMO, até a assinatura deste Relatório. De todo modo, estamos seguindo o posicionamento adotado na minuta do relatório daquele Comitê, que tivemos acesso.

Quanto à análise das emendas coletivas, primeiro nos reportamos às de *remanejamento*, que somente podem ser atendidas com as fontes indicadas em cada pleito, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38).

Foram apresentadas três emendas desse tipo nesta Área (emendas 50170006, 50250001 e 60070004). Destas, a emenda 60070004 é a única com parecer pela inadmissibilidade no Relatório do CAE, em consonância com nossa interpretação, razão pela qual deixa de ser por nós analisada.

A emenda 50170006, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pretende remanejar recursos no âmbito do órgão 20000 – Presidência da República. Propõe o cancelamento de dotações para despesas correntes na unidade 20101 – Presidência da República, ação 2017 – Publicidade Institucional (R\$40,0 milhões), Seq: 979, e na unidade 20415 – Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, ação 20B5 – Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação (R\$10,0 milhões), Seq: 1013. Objetiva reforçar despesas correntes em R\$50,0 milhões na ação 4727 – Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro da UO 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Reconhecemos as necessidades orçamentárias do IPEA, mas o montante pretendido e a fórmula empregada para obtê-lo desorganizam o programa de trabalho das unidades orçamentárias atingidas. Se atendido o desejo como expresso na emenda, haverá prejuízo ao regular funcionamento dos órgãos, ao cumprimento de contratos já firmados e ao alcance das metas traçadas para o exercício. Assim, para não deixar o pleito sem qualquer resposta, estamos atendendo a emenda com R\$5 milhões, sendo R\$4 milhões de cancelamento na Presidência (ação 2017) e R\$1 milhão, na EBC (ação 20B5).

Por último, a emenda 50270001, de autoria da Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, foi acatada por nós tal como solicitada. Como a autora da Emenda é a própria

responsável por administrar e zelar pelo bom e regular emprego das verbas públicas no órgão beneficiário, não vimos qualquer objeção ao atendimento do pleito.

No que se refere às emendas coletivas de *apropriação*, no total de 43, concluímos que todas merecem acolhimento de nossa parte, pois não há nenhuma delas com vício que contrarie as normas. Todas contam com parecer do CAE pela admissibilidade.

Como é sabido, não tínhamos fontes suficientes para atendê-las na integralidade. Diante da variedade dos objetivos propostos nas emendas, não nos foi possível estabelecer qualquer padrão para atendimento igualitário das demandas. Para alocar as somas à nossa disposição, orientamo-nos basicamente pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários das programações contempladas. Fizemos, portanto, análise uma a uma das emendas.

A um grupo de dezessete emendas foi possível estabelecer um critério comum, tendo sido alocado o valor de R\$ 10 milhões para cada uma; a outro grupo, de cinco emendas, alocamos o valor de R\$ 5 milhões a cada uma. Às demais 21 emendas, sem configurar critério que as reunisse em grupos uniformes, foram alocados, segundo suas particularidades, valores que variam de R\$4 milhões a R\$35 milhões.

As emendas contempladas com maior volume de recursos nos pareceram mais fortemente fundamentadas e em condições de implementação tão logo se inicie o exercício financeiro de 2013, propiciando a oferta de políticas públicas em breve espaço de tempo.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação aqui consideradas poderão, ao final, receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da alocação (pelo Relator Geral) a que se refere o inciso III do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Estamos, desde logo, pleiteando à Relatoria Geral que suplemente os atendimentos ora realizados.

I.3.2 – Correções de Erros e Omissões

Chegaram às nossas mãos, por intermédio da Secretaria da CMO, três demandas de correção de erros e omissões, que atendemos com amparo na Resolução nº 1, de 2006-CN. Nenhuma dessas alterações demandou recursos desta Relatoria.

A primeira demanda, encaminhada pela Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior (Of. 324/2012-MP, de 9 de novembro de 2012), trata da inclusão nas dotações da Controladoria Geral da União – CGU de valor para custeio de encargos da contratação de financiamento externo, para execução de programa de prevenção e combate à corrupção, no total de R\$170,0 mil. Segundo o ofício, que indica os recursos compensatórios, o valor deixou de constar por omissão de ordem técnica.

A segunda demanda, também encaminhada pela Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (Of. 328/2012-MP, de 14 de novembro de 2012), refere-se à necessidade de adequação da ação orçamentária 02.122.0571.12PX.0101, no âmbito da Unidade Orçamentária 15.124 – Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, para evitar a descontinuidade da execução da obra e consequente prejuízo ao erário. Por erro técnico, não foram alocados os recursos necessários para a conclusão do referido projeto. De igual modo, foram indicados no ofício os recursos compensatórios.

O terceiro pedido procede da Primeira Secretaria do Senado Federal (Of. N° 124/2012-Primeira-Secretaria/SF). O pleito tem por finalidade corrigir o GND objeto da ação orçamentária 01.122.0551.7122.5664 – Construção do Anexo III. No PLOA 2013, cujas dotações no PLOA 2013 vieram erroneamente alocadas no GND 3 (despesas correntes), quando deveriam claramente ter vindo no GND 4 (investimentos).

Chegou-nos, ainda, um quarto pedido, agora do Sr. Deputado Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (Ofício n° 668-B/2012-P, de 29 de novembro de 2012). Neste caso, o nobre colega solicitou apresentação de emenda por esta Relatoria, para atender a ação 4906 – Disque Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no montante de R\$ 10 milhões. Conquanto altamente meritório o pleito, não pudemos atendê-lo, em virtude de regra da Resolução n° 1, de 2006-CN (art. 144), que proíbe a apresentação de emendas dessa natureza pelos Relatores.

I.3.3 – Obras com Indícios de Irregularidades Graves

Não consta do Anexo VI do PLOA 2013 (Relação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves) obra ou programação pertencente a esta Área Temática.

I.3.4 – Criação de Ações Orçamentárias

Conforme o Anexo IV, foram incluídas 55 ações na programação, com vistas a acomodar emendas para ações não contempladas no PLOA original. Do Anexo constam os códigos e respectivas descrições.

I.4 – Indicações à Relatoria Geral

Tendo em vista a impossibilidade legal em relação a determinadas matérias e a escassez de recursos com que esta Relatoria Setorial trabalhou, o que nos impediu de atender todos os pleitos, indicamos e solicitamos ao Relator Geral:

a) complementar o atendimento da emenda n° 50120001, da CCJ da Câmara dos Deputados, que destina recursos para a implantação de varas da Justiça do Trabalho;

b) aumentar o atendimento da emenda n° 60030004, da CCJ do Senado Federal, que visa dotar o Ministério Público do Trabalho de melhores condições de atuação;

c) aumentar o valor alocado na emenda n° 60080004, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, com vistas a assegurar a adequada atuação do Ministério Público Federal na fiscalização e controle da aplicação da lei;

d) ampliar os recursos alocados na emenda n° 71100009, da Bancada de Goiás, para viabilizar a aquisição do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Goiânia – GO;

e) acrescentar o atendimento da emenda nº 71100010, também da Bancada de Goiás, para favorecer a construção do complexo trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em Goiânia – GO;

f) suplementar o atendimento da emenda nº 71170008, da Bancada do Paraná, que objetiva a aquisição de imóvel para a instalação do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em Curitiba – PR; e

g) alocar recursos nas emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para melhorar as condições de trabalho do parlamento brasileiro e viabilizar o fiel cumprimento dos contratos já firmados.

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, na parte abrangida pela Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2012.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

PLOA 2013 - ÁREA TEMÁTICA 8 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

Órgãos e Unidades Orçamentárias Integrantes da Área Temática

ANEXO I

PODER LEGISLATIVO	
Órgão (Cod/Desc)	UO (Cod/Desc)
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	01101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
	01901 - FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
02000 - SENADO FEDERAL	02101 - SENADO FEDERAL
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PODER JUDICIÁRIO	
Órgão (Cod/Desc)	UO (Cod/Desc)
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
	12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO
	12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª. REGIÃO
	12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
	12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª. REGIÃO
	12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	13101 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
	14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
	14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
	14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
	14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
	14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
	14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
	14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
	14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
	14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
	14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
	14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
	14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
	14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
	14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
	14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
	14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
	14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
	14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
	14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
	14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
	14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
	14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
	14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
	14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS
	14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
	14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
14901 - FUNDO PARTIDÁRIO	
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
	15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª. REGIÃO - RIO DE JANEIRO
	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO - SÃO PAULO
	15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª. REGIÃO - MINAS GERAIS
	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª. REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL
	15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª. REGIÃO - BAHIA
	15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO - PERNAMBUCO
	15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª. REGIÃO - CEARÁ
	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - PARÁ/AMAPÁ
	15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO - PARANÁ
	15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª. REGIÃO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS
	15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO - AMAZONAS/RORAIMA
	15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO - SANTA CATARINA
	15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO - PARAÍBA
	15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO - RONDÔNIA/ACRE
	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO - CAMPINAS/SP
	15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO - MARANHÃO
	15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª. REGIÃO - ESPÍRITO SANTO
	15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIÃO - GOIÁS
	15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª. REGIÃO - ALAGOAS
	15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª. REGIÃO - SERGIPE
	15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO - RIO GRANDE DO NORTE
	15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª. REGIÃO - PIAUÍ
	15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª. REGIÃO - MATO GROSSO
15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL	
15126 - CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
	16103 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	
Órgão (Cod/Desc)	UO (Cod/Desc)
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
	34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
	34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
	34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
	34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO	59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PODER EXECUTIVO	
Órgão (Cod/Desc)	UO (Cod/Desc)
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
	20118 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN
	20204 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI
	20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC
	20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL
	20930 - FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - FNAC
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
	35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
60000 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA	60101 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	61101 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
	61201 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
62000 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	62101 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
	62201 - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
	62213 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
	62901 - FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - FNAC
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	63101 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
64000 - SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS	64101 - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
	64901 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA
	64902 - FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI
65000 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA	65101 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	66101 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
67000 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE	67101 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
68000 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	68101 - SECRETARIA DE PORTOS
	68205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC
	68206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
	68207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA
	68208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
	68210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP
	68211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
	68212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

Fonte: BO - Senado Federal

PLOA 2013 - AREA TEMATICA 8 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

Investimento das Estatais Alocado na Área Temática

ANEXO II

62000 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

62214 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	42.882.051
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	14.425.572
2017 - AVIAÇÃO CIVIL	10Z9 - REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 DO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES - MANAUS (AM)	147.491.550
	10ZA - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS - TANCREDO NEVES (MG)	217.711.154
	10ZB - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS - FORTALEZA (CE)	126.353.756
	10ZC - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU (PR)	21651459
	10ZD - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO DE SANTAREM - MAESTRO WILSON FONSECA (PA)	1641452
	12LD - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - DEP. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)	45.338.734
	12LF - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - SALGADO FILHO (RS)	142.273.828
	145V - AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO AEROPORTO DE ARACAJU (SE)	22.231.908
	145X - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE MACAÉ (RJ)	29.193.496
	1F52 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA (GO)	54.583.630
	1F53 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - ALBERTO ALCOLUMBRE (AP)	30.900.091
	1F54 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO DO RIO DE JANEIRO - SANTOS DUMONT (RJ)	11295.295
	1F55 - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PISTA, PÁTIO E ACESSOS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)	26.537.199
	1F56 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS (SC)	113.446.632
	1J93 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - AFONSO PENA (PR)	17.062.192
	1J95 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VITÓRIA - EURIC DE AGUIAR SALLES (ES)	55.562.498
	1J98 - ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ (MT)	40.680.241
	1M31 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS - GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO (SP)	5.197.930
	4099 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	111.578.109
	7H34 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS - VIRACOPOS (SP)	547.151
7J01 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO/GALEÃO - ANTONIO CARLOS JOBIM (RJ)	192.811.507	
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	2041 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO VOO	36.902.565
Total		1.508.300.000

68000 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

68205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.000.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	350.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	700.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LM - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE CONTEINERES, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	19.100.000
	12LO - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	69.500.000
	142Z - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE A COSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	1500.000
	143A - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	4.650.000
	147D - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)	200.000
	147E - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	3.100.000
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	4.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	500.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	3.000.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	1000.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	750.000
20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	250.000	
Total		110.600.000

ANEXO II

68206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	500.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	750.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	3.250.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LJ - ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO DE ÁGUAS PROFUNDAS (ES)	10.000.000
	143D - CONSTRUÇÃO DE CAIS NA REGIÃO DOS DOLFINOS DO ATALIAIA, NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	50.000.000
	143F - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	17.823.443
	143G - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	7.500.000
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	4.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	250.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	3.000.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	1.000.000
	14RG - READEQUAÇÃO DO PÁTIO DE ESTOCAGEM PARA CARGA PESADA NO CAIS COMERCIAL (ES)	8.000.000
	14RJ - CONSTRUÇÃO DE DOLFINOS DE ATRACAÇÃO NO PORTO DE BARRA DO RIACHO - MOLHE SUL	2.750.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	500.000
3E79 - OBRAS DE CONTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE VITÓRIA (ES)	29.000.000	
Total		138.323.443

68207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.500.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.000.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LK - AMPLIAÇÃO DO QUEBRAMAR, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	55.000.000
	12LL - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	17.000.000
	143I - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	3.000.000
	143J - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE ARATU (BA)	8.500.000
	143L - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE ARATU (BA)	4.000.000
	143O - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	100.000
	143Q - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE ARATU (BA)	5.000.000
	143R - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE ILHÉUS (BA)	300.000
	143S - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	2.241.596
	143V - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO VISUAL PLANEJADA NO PORTO DE ARATU (BA)	1.000.000
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	4.000.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	2.000.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	1.500.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	4.500.000
20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	2.000.000	
Total		117.641.596

ANEXO II

68208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.000.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	5.000.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	122T - ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES DO PORTO DE SANTOS (SP)	3.800.000
	12LQ - REFORÇO DE CAIS PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS ENTRE OS ARMAZÉNS 12 E 23, NO PORTO DE SANTOS (SP)	55.000.000
	12LR - ADEQUAÇÃO DO CAIS PARA TERMINAL DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE SANTOS (SP)	175.100.000
	12LS - CONSTRUÇÃO DE PIER COM 2 BERÇOS DE ATRACAÇÃO E DE PONTE DE ACESSO NO TERMINAL DA ALAMOIA, NO PORTO DE SANTOS (SP)	4.000.000
	12NJ - REFORÇO DO PÍER DE ACOSTAGEM NO TERMINAL DA ALAMOIA, NO PORTO DE SANTOS (SP)	25.143.000
	12NK - REFORÇO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DA ILHA DE BARNABÉ, NO PORTO DE SANTOS (SP)	15.000.000
	143Y - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE SANTOS (SP)	19.240.181
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	2.500.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	4.500.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	3.500.000
	14U5 - CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR DO VALONGO (MERGULHÃO)	10.960.000
	14U6 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO DE GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS (SP)	9.540.000
	1C66 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (SP)	4.100.000
	1C67 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP)	27.000.340
	3E66 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUÇÃO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)	33.125.070
Total		403.508.591

68210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	3286 - INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.800.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.500.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	11WH - ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	1.500.000
	11X0 - AMPLIAÇÃO DO PÍER PRINCIPAL, ALARGAMENTO DO BERÇO 302 E DUPLICAÇÃO DA PONTE DE ACESSO, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	1.000.000
	12L7 - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 1, NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	3.332.076
	12L8 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 2, NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	38.332.000
	144A - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	1.100.000
	144E - ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	1.000.000
	144J - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE BELÉM (PA)	1.000.000
	144K - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	3.200.000
	144R - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE BELÉM (PA)	3.500.000
	144T - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	3.500.000
	144V - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	2.000.000
	144W - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA)	1.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	800.000
14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	500.000	
Total		72.064.076

ANEXO II

68211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.900.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.056.250
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	8.525.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LG - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DA GAMBOA, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	108.900.000
	12LI - IMPLANTAÇÃO DE PIÉRES DE ATRACAÇÃO PARA TERMINAIS DE PASSAGEIROS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	313.444.866
	144X - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE APOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	3.500.000
	144Y - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	1.650.000
	144Z - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	10.319.125
	145B - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	15.147.682
	145D - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	5.747.138
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	12.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	2.000.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	4.500.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	3.000.000
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	5.767.876
	7376 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.155.309
	7390 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA, NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.760.000
Total	510.373.246	

68212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 100

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PL
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	825.500
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	5.474.500
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	10IO - CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO PORTO DE NATAL - (RN)	3.000.000
	12LN - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 4, NO PORTO DE NATAL (RN)	31000.000
	12LP - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE NATAL (RN)	20.000.000
	145H - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE NATAL (RN)	3.370.000
	145U - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)	4.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	500.000
	14RC - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMOS	500.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	100.000
20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	100.000	
Total	68.870.000	

Fonte: BO - Senado Federal

CRÉDITOS ESPECIAIS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

ÚLTIMOS QUATRO MESES DE 2012 - ÁREA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

ANEXO III

PLN	ÓRGÃO E UO BENEFICIÁRIOS	VALOR (R\$ 1,00)	GND	R P	PROGRAMA	FONTE DE RECURSOS	
23	JUSTIÇA ELEITORAL	14.105	56.466	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.106	51231	4	2		
		14.107	140.407	4	2		
		14.109	80.000	4	2		
		14.116	1.990.000	4	2		
		14.117	400.000	5	2		
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.105	4.000.000	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Excesso de arrecadação
		15.106	100.000	4	2		
		15.111	527.894	4	2		
		15.112	1421906	4	2		
		15.115	320.000	4	2		
		15.116	83.000.000	5	2		
	JUSTIÇA DO DF/TERRIT	16.101	12.500.000	4	2	0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	Excesso de arrecadação
PRES. DA REPÚBLICA	20.128	450.000	4	3	2074 - Transporte Marítimo	Anulação parcial de dotação	
	20.225	102.957.920	5	2	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Superávit financeiro de 2011	
MRE	35.101	1.500.000	5	2	2057 - Política Externa	Anulação parcial de dotação	
45	PRES. DA REPÚBLICA	20.207	5.100.000	4	2	2074 - Transporte Marítimo	Geração própria
		20.208	44.000.000	4	2		Geração própria, aumento de patrimônio e anulação parcial
	MIN. MINAS E ENERGIA	32.273	226.717.651	4	4	2033 - Energia Elétrica	Aumento do patrimônio líquido
51	JUSTIÇA FEDERAL	12.101	7.992.000	4/5	2	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Anulação parcial de dotação
	JUSTIÇA ELEITORAL	14.103	9.882.702	4/5	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.107	61497	4	2		
		14.109	533.181	4	2		
		14.110	60.000	4	2		
		14.111	37.800	4	2		
		14.113	2.272.000	4/5	2		
		14.114	200.000	4	2		
	14.115	600.000	5	2			
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.107	2.911.532	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Anulação parcial de dotação
	JUSTIÇA DO DF/TERRIT	16.101	8.840.000	4	2	0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	Excesso de arrecadação
PRES. DA REPÚBLICA	20.128	36.000.000	4	3	2074 - Transporte Marítimo	Anulação parcial de dotação	
MPU	34.101	3.500.000	5	2	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	Anulação parcial de dotação	
	34.104	1.500.000	5	2			
MRE	35.101	25.000.000	4	2	2057 - Política Externa	Superávit financeiro de 2011	
Total dos Créditos		584.704.187					
Fonte: CMO							

Anexo IV

PLOA 2013 - Área Temática VIII - Ações Criadas

Cód	Descrição
12B6	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI
12PP	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Confresa - MT
12PQ	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Colniza - MT
12PS	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Campo Novo do Parecis - MT
12PT	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Alto Araguaia - MT
12PW	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT
12PX	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tangará da Serra - MT
12PX	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tangará da Serra - MT
12PY	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Sapezal - MT
12Q0	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Nova Mutum - MT
12Q1	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Peixoto de Azevedo - MT
134M	Construção do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Ipojuca - PE
134O	Construção do Edifício Sede da Vara do Trabalho de Catende - PE
134Q	Construção do Edifício Sede da 2ª Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata - PE
134R	Construção do Edifício Sede da 2ª Vara do Trabalho de Igarassu - PE
134S	Construção do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes - PE
134T	Construção do Edifício Sede da 2ª Vara do Trabalho de Nazaré da Mata - PE
134U	Construção do Edifício Sede da 3ª Vara do Trabalho de Petrolina - PE
134V	Construção do Edifício Sede da 2ª Vara do Trabalho de Carpina - PE
134W	Construção do Edifício Sede da 2ª Vara do Trabalho de Ribeirão - PE
134X	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santarém - PA
139X	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Resende-RJ
13A2	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cáceres - MT.
13A6	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Pedro da Aldeia-RJ
13AV	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Brasília - DF
13BS	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo-RJ
14LQ	Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Guarabira - PB
14LU	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná - RO
14PN	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho de Goiânia - GO
14QC	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Salinópolis - PA
14QN	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Aracaju - SE
1M72	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína - TO
3725	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Macapá - AP
7772	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF
7T77	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Rio Branco - AC
7T78	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - MA
7T79	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santana - AP
7T80	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO
7T81	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Itaberá - GO
7T82	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT
7T83	Aquisição de Terreno para Ampliação da Secretaria de Controle Externo do Estado da Bahia
7T84	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Altamira - PA
7T85	Construção, Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura do Porto de Cabedelo - PB
7T86	Reforma e Ampliação do Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - PE
7T87	Construção de Cais no Porto de Suape
7T88	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho de Niterói - RJ
7T89	Construção do Polo Administrativo Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em Ribeirão Preto - SP
7T90	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga - SP
7T91	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína - TO
7T92	Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Gurupi - TO
7T93	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Araguaína - TO
7U09	Ampliação do Porto de Aratu (BA)
7U11	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Confresa - MT
7U12	Recuperação do Terminal Pesqueiro do Porto de Cabedelo

Fonte: BO - Senado Federal